



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 53478-5
COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL
APELANTE: BANCO BANORTE S/A
APELADO: FAZENDA SANTA FÉ LTDA. E OUTRO
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO CAUTELAR EXIBITÓRIA DE DOCUMENTO PREPARATÓRIA DA AÇÃO ORDINÁRIA DE RECÁLCULO DE DÍVIDA BANCÁRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS – PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DIREITO DE DEFESA E DE CARÊNCIA DE AÇÃO: REJEITADAS POR UNANIMIDADE – EXIBIÇÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MÉRITO: APELAÇÃO PROVIDA PARCIALMENTE REFORMANDO O *QUANTUM* ATRIBUÍDO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA O PERCENTUAL DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA – DECISÃO UNÂNIME.

Preliminar de cerceamento do direito de defesa e do contraditório:

Nos termos do Código de Processo Civil, em seu art. 14, são deveres das partes, entre outros, proceder com lealdade e boa-fé e não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento. Neste panorama, a presente preliminar mostra-se notadamente protelatória, não guardando relação com a postura e requerimentos do Apelante quando do deslinde da ação no 1º grau de jurisdição.

Outrossim, foi conferida oportunidade para que o réu, ora apelante, desenvolvesse sua ampla defesa, em forma de contestação. Posteriormente, houve juntada dos petítórios em nada ofendendo a ampla defesa e contraditório.

Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

Preliminar de carência de ação:

O autor/apelado, demonstrou suficientemente o requisito *periculum in mora* ao argumentar e juntar planilha demonstrativa dos juros que vem pagando, os quais considera sejam exorbitantes, necessitando da medida cautelar para intentar futura ação ordinária de recálculo de dívida bancária, na qual será discutido o contrato firmado entre as partes e a abusividade ou não das cláusulas pactuadas.

Como é sabido que a saúde financeira de uma empresa é elemento primordial e necessário para a sua sobrevivência em mercado atualmente competitivo, resta caracterizado o perigo da demora, eis que possível que ocorra abalo considerável nas finanças da empresa.

Além disto, necessária é a exibição dos documentos perseguidos para que a pretensão principal do autor/apelado, possa ser exercida. Entendimento contrário seria negar ao apelado o próprio direito de ação, daí já caracterizando suficientemente o *periculum in mora*.

Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

Mérito:

A pretensão, é plenamente possível, não havendo necessidade de se debater as cláusulas contratuais ou o direito material, já que este assunto faz parte da ação principal a ser intentada com os subsídios carreados pela ação cautelar preparatória antes intentada.

Relativamente às verbas sucumbenciais, entende-se como excessivo o valor no patamar de 20% atribuído pelo juízo *a quo*, eis que o percentual de 15% remunera de maneira justa os profissionais que se dedicaram à prestação de serviços advocatícios à parte apelada.

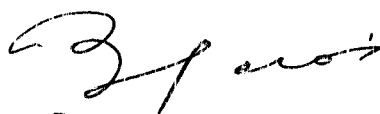
Não há maiores complexidades no deslinde da presente demanda e o local da prestação dos serviços não trouxe maiores dificuldades, não autorizando que o patamar dos honorários fosse estabelecido no máximo permitido pelo Código de Processo Civil.

Apelo conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 53478-5, em que figuram como Apelante BANCO BANORTE S/A, e como Apelada FAZENDA SANTA FÉ LTDA. E OUTRO, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "*À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de cerceamento de direito de defesa e do contraditório. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de carência de ação.*

Mérito: À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial à apelação, para reduzir os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, nos termos do voto da turma", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 11-12-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno
Presidente e Relator

nº 53.478-5 - APELAÇÃO CÍVEL

Protocolo: 01912609

Comarca - Recife

Vara - 14ª Vara Cível

Ação Originária - 00196031044-5 - Cautelar Exibitória

Apelante - Banco Banorte S/A

Advogados - Hélder Cabral de Moura

Vera Lúcia Silva de Souza

Apelados - Fazenda Santa Fé Ltda.

Luiz Antônio Morato de Souza

Advogado - Aluizio Rio Lima Moraes Melo

Órgão Julgador - Terceira Câmara Cível

Relator: Des. Macêdo Malta



RELATÓRIO

Sentença (fls. 52/53) publicada no DJ de 23/03/99 (fl. 54), (3ª Feira) sendo protocolado o recurso apelatório em 07/04/99 (fl. 55), (4ª feira) (15º dia) com recolhimento de custas (fl. 60).

Irresignado o BANCO BANORTE S/A com a sentença do Juízo da 14ª Vara Cível da Comarca da Capital, apela, nos autos da Ação Cautelar Exibitória de Documento preparatória da Ação Ordinária de Recálculo de Dívida Bancária c/c Perdas e Danos, promovida por FAZENDA SANTA FÉ LTDA. e LUIZ ANTÔNIO MORATO DE SOUZA, que julgando procedente o pedido, determinou que o apelante exhibisse em juízo, no prazo de 15 dias, os contratos de empréstimo celebrados com os apelados (fl. 18), bem como os "slips" (sic) e cálculos dos lançamentos feitos na respectiva conta dos mesmos, referentes à cobrança de juros e encargos bancários incidentes sobre estes contratos.

Em forma PRELIMINAR (fls. 56/57), suscita o apelante cerceamento do direito de defesa, já que ausente realização de prova pericial e designação de audiência de instrução e julgamento, que defende ser necessária ao deslinde da causa, invocando, inclusive, os arts. 812 e 803, parágrafo único, do CPC, além dos princípios constitucionais do devido processo legal e do contraditório.

Em resposta a essa PRELIMINAR (fl. 69), os apelados destacam que fora o próprio apelante que pleiteara o julgamento antecipado da lida (fls. 48 e 50), ressaltando, ademais, a inviabilidade da perícia judicial sobre contratos e extratos cuja exibição seria objeto da ação.

Ainda a título de PRELIMINAR (fl. 58), levanta o apelante a carência do direito de ação, ao refutar que os apelados não teriam demonstrado a urgência da tutela pleiteada ("periculum in mora").

NÃO se manifestaram, expressamente, quanto a essa PRELIMINAR, os apelados.

No MÉRITO (fls. 59/60), requer o apelante o provimento do recurso, a fim de que seja invertido o ônus sucumbencial ou, alternativamente, que seja determinada a redução da condenação sucumbencial para o patamar mínimo previsto no art. 20, § 3º do CPC, ao considerá-la excessiva, por se tratar de ação cautelar preparatória de Ação principal.

Os apelados, em sede de PRELIMINAR (fl. 68), argüiram pela tempestividade das contra-razões apresentadas, ao mencionar que o despacho intimatório (fl. 63) teria sido publicado no DJ de 12/05/99 e não no dia 11/05/99, consoante certifica-se à fl. 64.

MERITORIAMENTE (fls. 68/69 e 70), observam os apelados que o apelante não teria negado a existência dos contratos de créditos firmados e "slips" que estão em seu poder, e, ao final, requerem o improvimento



PODER JUDICIÁRIO
PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL POR DISTRIBUIÇÃO
DA COMARCA DE RECIFE

SENTENÇA Nº 069/99
Proc. nº 00196031044-5

Vistos etc.,

FAZENDAS SANTA FÉ LTDA, inscrita no CGC/MF sob o nº 40.883.217/0001-01, e LUIZ ANTÔNIO MORATO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, ajuizaram a presente Ação Cautelar de Exibição de Documento contra BANCO BANORTE S/A, inscrito no CGC/MF sob o nº 10.781.532/0001-67. O requerente pede a exibição dos contratos de crédito em conta corrente celebrado entre as partes a partir de 30 de março de 1994, como também, os "slips" e cálculos dos lançamentos feitos nas suas contas, concernentes à cobrança de juros e encargos bancários.


Os requerentes alegam que desde 28 de fevereiro de 1994 vem, mensalmente, firmando sucessivos contratos de abertura de crédito, sem que lhes seja entregue uma de suas vias. Aduz, ainda, que esses contratos estão repletos de ilegalidade, consistentes na utilização da TR, aplicação de juros exorbitantes e prática de anatocismo. A petição inicial veio instruída com os documentos de fls.12/18.

O requerido apresentou defesa às fls.23/33, alegando que entregou as segundas vias dos contratos aos requerentes. Em seguida, passa a discorrer sobre a inaplicabilidade da chamada Lei de Usura às instituições financeiras e sobre a legalidade das cláusulas contratuais.

Réplica às fls.40/46.

É o relatório.
Passo a decidir.

Inicialmente é preciso esclarecer que a discussão sobre a questão de fundo envolvendo os litigantes não tem nenhuma repercussão na presente ação. O objeto da medida cautelar de exibição se restringe a saber se a parte está obrigada a exhibir os documentos, sendo o caso, determinar essa exibição ou tendo a parte livremente exibidos os documentos, verificar se a pretensão do requerente foi atendida.

53
174


"No processo do art. 844 do CPC, a medida preparatória nada decide quanto à prova, porque a decisão se limita ao reconhecimento do dever do réu exibir ou não documento, ou indicar que se atingiu o objetivo pleiteado" (Ac. da 4ª Câm. do TACivRJ, na Apel. nº 59.396, rel. Juiz Miguel Pachá; Adcoas, 1987, nº 116.238).

Assim, foge ao objeto da presente ação saber da legalidade das cláusulas contratadas

A requerida afirma que entregou aos requerentes cópias dos contratos. Todavia, isso não a isentaria de exibir em juízo os contratos, por força do que dispõe o art. 844, II, do Código de Processo Civil.

O requerido por outro lado se omitiu quanto ao pedido de apresentação dos "slips" e cálculos dos lançamentos feitos nas suas contas, concernentes à cobrança de juros e encargos bancários.

Essa matéria vem sendo, reiteradamente e uniformemente, decidida pelos tribunais :

"É lícito ao mutuário de instituição financeira compeli-la a exibir extrato de sua conta, inclusive para apurar a correção do saldo devedor" (JTAERGS 77/288).

Isto posto, julgo procedente o pedido, para determinar que o Banco Banorte S/A exiba em juízo, no prazo de 15 dias, os contratos de empréstimo celebrados com Fazendas Santa Fé Ltda. e Luiz Antônio Morato de Souza, relacionados às fls. 18 dos autos, bem como os "slips" e cálculos dos lançamentos feitos na conta dos requerentes, concernentes à cobrança de juros e encargos bancários decorrentes desses mesmos contratos.

Condeno o requerido nas custas processuais e em honorários advocatícios, estes fixados em 20% do valor dado à causa.

PRI.

Recife, 11 de março de 1999.


Bel. EDUARDO GUILLIOD MARANHÃO
Juiz de Direito Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 53478-5

COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO BANORTE S/A

APELADO: FAZENDA SANTA FÉ LTDA. E OUTRO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO PRELIMINAR 1: cerceamento do direito de defesa e do contraditório.

Adoto relatório de fls. 76.

A presente preliminar, levantada pelo Apelante, não pode subsistir.

B Com efeito, torna-se contraditória a conduta do réu, ora Apelante, eis que durante o trâmite da ação em 1º grau, o mesmo atravessou duas petições nos presentes autos afirmando a desnecessidade de produção de provas, eis que a matéria era unicamente de direito, requerendo, em consequência, o julgamento antecipado da lide, conforme petições de fls. 48 e fls. 50.

Nos exatos termos do Código de Processo Civil, em seu Art. 14, são deveres das partes, entre outros, proceder com lealdade e boa-fé e não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento. Neste panorama, a presente preliminar mostra-se notadamente protelatória, não guardando relação com a postura e requerimentos do Apelante quando do deslinde da ação no 1º grau de jurisdição.

Outrossim, foi conferida oportunidade para que o réu, ora Apelante, desenvolvesse sua ampla defesa, em forma de contestação. Posteriormente,

houve juntada dos petítórios supracitados, em nada ofendendo a ampla defesa e contraditório.

Diante do exposto, **REJEITO** a presente preliminar, eis que inexistente cerceamento do direito de defesa e do contraditório.

Recife, 15-10-2008



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 53478-5

COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO BANORTE S/A

APELADO: FAZENDA SANTA FÉ LTDA. E OUTRO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO PRELIMINAR 2: carência de ação.

Aduz o Apelante a presente preliminar de carência de ação, eis que não está presente requisito necessário para a ação cautelar, qual seja, o *periculum in mora*.

A presente preliminar não merece acolhida, eis que o autor, ora Apelado, demonstrou suficientemente o requisito supracitado ao argumentar e juntar planilha demonstrativa dos juros que vem pagando, constante de fls. 18, os quais considera sejam exorbitantes, necessitando da medida cautelar para intentar futura ação ordinária de recálculo de dívida bancária, na qual será discutido o contrato firmado entre as partes e a abusividade ou não das cláusulas pactuadas.

É sabido que a saúde financeira de uma empresa é elemento primordial e necessário para a sua sobrevivência em mercado atualmente competitivo, restando caracterizado o perigo da demora, eis que possível que ocorra abalo considerável nas finanças da empresa.

Além disto, necessária é a exibição dos documentos perseguidos para que a pretensão principal do autor, ora Apelado, possa ser exercida. Entendimento

contrário seria negar ao Apelado o próprio direito de ação, daí já caracterizando suficientemente o *periculum in mora*.

Diante do exposto, **REJEITO** a presente preliminar, eis que presente o *periculum in mora*.

Recife, 14 - 10 - 2008



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 53478-5

COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO BANORTE S/A

APELADO: FAZENDA SANTA FÉ LTDA. E OUTRO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO MÉRITO:

Inicialmente, cumpre ressaltar que a irresignação do Apelante, nas suas razões de apelação, cinge-se unicamente às preliminares já debatidas e rejeitadas, e quanto à fixação da verba sucumbencial, não combatendo, em momento algum, o mérito da demanda, ou seja, a exibição dos documentos em si.

Todavia, cumpre ressaltar que a pretensão aduzida pelo autor, ora Apelado, é plenamente possível, não havendo necessidade de se debater as cláusulas contratuais ou o direito material, já que este assunto faz parte da ação principal a ser intentada com os subsídios carreados pela ação cautelar preparatória antes intentada. É este o entendimento desta corte, ilustrado no seguinte julgado:

“EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PEDIDO FORMULADO POR EX-SÓCIOS DE EMPRESAS, PORÉM REFERENTE AO PERÍODO EM QUE PARTICIPAVAM DAS MESMAS COMO SÓCIO. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO

31

FORMULADA. APELO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. (...)
2. A ação cautelar de exibição de documentos, na modalidade instrumental de ação principal futura, não exige a prova do direito material a ser perseguido. Essa prova constitui-se como sendo justamente o objeto da ação cautelar". (TJPE, Apelação Cível nº 88697-9, Rel. Des. Jovaldo Nunes, Julg. 23/08/2006).

Quanto à obrigação do Apelante à exibição dos documentos pleiteados pelo Apelado, a posição do Superior Tribunal de Justiça é no seguinte sentido, abaixo ilustrado:

“EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CUSTO DE LOCALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS. ÔNUS DO PAGAMENTO.

- O dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva.

- Se pode o cliente a qualquer tempo requerer da instituição financeira prestação de contas, pode postular a exibição dos extratos de suas contas correntes, bem como as contas gráficas dos empréstimos efetuados, sem ter que adiantar para tanto os custos dessa operação". (STJ, REsp 330261 / SC, Rel. Min. Nancy Andrigli, 3a Turma, Julg. 06/12/2001).

Relativamente às verbas sucumbenciais, entendo como excessivo o valor no patamar de 20% atribuído pelo Juiz *a quo*, eis que o percentual de 15% remunera de maneira justa os profissionais que se dedicaram à prestação de serviços advocatícios à parte Apelada.

Com efeito, é bem verdade que o tempo exigido para o deslinde da causa no 1º grau superou 3 (três anos), o zelo do profissional foi considerável e a cautelar visa propositura de ação de importância vultosa. Todavia, não houve maiores complexidades no deslinde da presente demanda e o local da prestação dos serviços não trouxe maiores dificuldades, não autorizando que o patamar dos honorários fosse estabelecido no máximo permitido pelo Código de Processo Civil.

21

Além disto, o baixo valor atribuído à causa, eis que cautelar preparatória de exibição, não acarreta onerosidade excessiva ao Apelado se fixado no patamar de 15%.

Diante do exposto, conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento para reformar o *quantum* atribuído aos honorários advocatícios para o patamar de 15% sobre o valor da causa.

Recife, 11-10-2008



Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

1ª PRELIMINAR

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA E DO CONTRADITÓRIO".

2ª PRELIMINAR

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO".

MÉRITO

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"MÉRITO: À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO, PARA REDUZIR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".
